

# PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA LEGITIMAÇÃO ORGANIZACIONAL NO TERRITÓRIO: A OPÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA DA ECONOMIA AMBIENTAL OU DA ECONOMIA ECOLÓGICA

*Sustainable practices for organizational legitimation in the territory: the choice between the environmental economy or the ecological economy perspective*

DOI: 10.48075/igepec.v26i3.29777

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba  
Daniel Claudy da Silveira  
Cidonea Machdo Deponti  
Sílvio Cezar Arend

# PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA LEGITIMAÇÃO ORGANIZACIONAL NO TERRITÓRIO: A OPÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA DA ECONOMIA AMBIENTAL OU DA ECONOMIA ECOLÓGICA

*Sustainable practices for organizational legitimation in the territory: the choice between the environmental economy or the ecological economy perspective*

Berenice Beatriz Rossner Whatuba  
Daniel Claudy da Silveira  
Cidonea Machado Deponti  
Silvio Cezar Arend

**Resumo:** As organizações tem adotado um novo estilo de gestão e divulgação de suas práticas sustentáveis para seus públicos de interesse, combinando eficiência econômica, responsabilidade social e ambiental, para serem percebidas como legítimas na sociedade. O objetivo da pesquisa foi analisar como duas empresas de grande porte do COREDE Missões/RS divulgam as práticas sustentáveis adotadas, sob as perspectivas das Economias Ambiental e Ecológica. Ambas desenvolvem medidas de prevenção e recuperação ambiental, por exigência legal, do mercado ou por gestão estratégica, caracterizando assim noção do contrato social existente entre as empresas e a sociedade. Os achados da pesquisa evidenciam uma preocupação com o meio ambiente muito mais voltada ao desenvolvimento sustentável do modelo tipicamente capitalista, hegemônico, antropocêntrico do que no sentido contrário, do ecodesenvolvimento e a divulgação aos stakeholders reforça muito mais o caráter de marketing institucional de cumprimento às normas e leis impostas do que a efetiva consciência de sustentabilidade ambiental.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Economia Ambiental. Economia Ecológica. Divulgação de Práticas Sustentáveis. Teoria da Legitimidade.

**Abstract:** Organizations had adopted a new style of management and disclosure of their sustainable practices with their stakeholders, one that combines economic efficiency, social and environmental responsibility, so that they are perceived as legitimate in society. The research objective was to analyze how two large companies in COREDE Missões/RS are disclosing the sustainable practices adopted in order, under the perspectives of Environmental Economics or Ecological Economics. Both develop measures of environmental prevention and recovery, by legal requirement, market or strategic management, thus characterizing the notion of the existing social contract between companies and society. The research findings show a concern with the environment that is much more focused on sustainable development of the typically capitalist, hegemonic, anthropocentric model, than in the opposite direction, of ecodesvelopment and the disclosure to stakeholders reinforces much more the character of institutional marketing of compliance with imposed norms and laws than the effective awareness of environmental sustainability.

**Keywords:** sustainable development. Environmental Economics. Ecological Economics. Sustainable Practices Disclosure. Legitimacy Theory.

**Resumen:** Las organizaciones han adoptado un nuevo estilo de gestión y difusión de sus prácticas sustentables a sus grupos de interés, combinando eficiencia económica, responsabilidad social y ambiental, para ser percibidas como legítimas en la sociedad. El objetivo de la investigación fue analizar cómo dos grandes empresas de lo COREDE Missões/RS divulgan las prácticas sostenibles adoptadas, en la perspectiva de las Economías Ambiental y Ecológica. Ambos desarrollan medidas de prevención y recuperación ambiental, exigidas por la ley, el mercado o la gestión estratégica, caracterizando así la noción de contrato social existente entre las empresas y la sociedad. Los resultados de la investigación muestran una preocupación por el medio ambiente mucho más centrada en el desarrollo sostenible del modelo típicamente capitalista, hegemónico, antropocéntrico más que en la dirección opuesta, el ecodesarrollo y la divulgación a los stakeholders refuerzan el

*carácter de marketing institucional del cumplimiento de las normas y leyes impuestas mucho más que la conciencia efectiva de la sostenibilidad ambiental.*

**Palabras clave:** *Desenvolvimiento sustentable. Economía Ambiental. Economía Ecológica. Divulgación de Prácticas Sustentables. Teoría de la legitimidade*

## INTRODUÇÃO

Hoje há consciência quase universal de que os recursos naturais são limitados e não podem mais ser desperdiçados sob pena de comprometimento do equilíbrio ecológico do planeta. Essa preocupação crescente com a questão ambiental tem influência significativa sobre vários níveis de decisão política, econômica, empresarial e comunitária, seja no setor público, privado ou na sociedade civil organizada. Essa conscientização universal espera-se que conduzirá ao “desenvolvimento sustentável” (TRIGUEIRO, 2003, p. 19).

Além disso, deve-se esclarecer a perspectiva territorial que envolve os diferentes condicionantes da égide do desenvolvimento, que deve considerar as particularidades e especificidades regionais, que são instrumentos que podem levar ao desenvolvimento em uma perspectiva territorial. A região ou lugar/local é o resultado de como o território se organiza e a regionalização é a construção do próprio processo e das particularidades na interação com a totalidade, sendo a totalidade objeto de interação/construção, considerando as suas especificidades históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas, geográficas e ambientais. Nestas condições, o desenvolvimento regional se dá a partir das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se constroem regiões ou lugares. Segundo Etges (2005), é nesse processo de apropriação e pertencimento que as regiões e os territórios emergem.

Assim, ao abordar a temática do desenvolvimento sustentável (alicerçado no contexto de território e arranjo regional), é necessário relacionar-se com a reformulação de princípios e metas do crescimento econômico e da interação das características, potencialidades e dinâmica dos sistemas ambientais. Vários pronunciados abordam o conceito o desenvolvimento sustentável, geralmente de forma abrangente e genérica. Deve-se salientar que os sistemas ambientais possuem elevada complexidade e, para a elaboração dos diagnósticos, análise dos dados e avaliação das potencialidades, torna-se necessário conscientizar sobre as diferenças entre características das perspectivas ecológica e ambiental da análise, devendo-se avaliar como concatená-las ou verificar qual delas é mais adequada para a escala de grandeza tempo-espacial à problemática pretendida (CHRISTOFOLETTI *et al*, 2010).

Essa preocupação com o meio ambiente, independente da concepção sob a ótica economicista do desenvolvimento sustentável (na visão da Economia Ambiental e modelo hegemônico) ou do ecodesenvolvimento (na visão da Economia Ecológica), presente no dia a dia de toda a população, tem forçado as organizações a adotarem um novo estilo de gestão e transparência com seus públicos de interesse, que combine a divulgação da eficiência econômica com a justiça social e a responsabilidade ambiental, caracterizadas pelo contrato social, para que elas sejam percebidas como legítimas na sociedade. Este é o desafio que se coloca neste novo milênio, de que a atividade econômica incorpore as dimensões ética e sustentável, a fim de reduzir as desigualdades regionais e os impactos sobre a biodiversidade (SILVA, LUCAS e PINTO, 2022).

Assim, sustentabilidade nas palavras de Cavalcanti (2001, p. 165) significa “a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”.

Levando em consideração as imposições de ordem legal relativas à questão ambiental, a forte tendência dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos e o fato do comportamento dos clientes estar voltado à expectativa de interagir com empresas que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma

ecologicamente responsável, é que se faz imprescindível manter a sociedade informada acerca de sua relação com o meio ambiente e das providências que adotam objetivando preservá-lo, além de ajudar a classe empresarial a inserir em sua gestão econômica a variável ambiental, criando mecanismos de registro, análise e interpretação dos fenômenos resultantes das ações com o meio ambiente, não apenas para atender a legislação, mas como um instrumental poderoso para o planejamento e tomada de decisões políticas e estratégicas. Em razão do exposto, o estudo procurou responder a seguinte questão: a divulgação das práticas sustentáveis adotadas pelas empresas em estudo para a legitimação organizacional retrata os fundamentos da Economia Ambiental ou da Economia Ecológica?

Nesse sentido, o objetivo foi analisar como as empresas em estudo estão divulgando as práticas sustentáveis adotadas para serem percebidas como cumpridoras do contrato social, considerando a opção entre as perspectivas da Economia Ambiental ou da Economia Ecológica.

O artigo segue com a fundamentação teórica, apresentando conceitos sobre o desenvolvimento sustentável na perspectiva histórica (de intervenção humana no espaço construído e de conscientização dos problemas ambientais), seguidos da exposição dos principais destaques e contrapontos entre a Economia Ambiental (desenvolvimento sustentável de mercado) e a Economia Ecológica (ecodesenvolvimento), além de conceitos que dão suporte à legitimidade das organizações e a importância da divulgação da questão ambiental com seus transbordamentos regionais. Na sequência são apresentadas a metodologia, os resultados da pesquisa e as conclusões do estudo.

## **2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Apesar do apelo pretensamente universal não há consenso sobre os valores que se abrigam por trás da ideia de desenvolvimento sustentável, pois a própria universalização e aceitação geral dessa ideia carrega, por um lado, a promessa de que os problemas ambientais passaram a ser pauta das grandes prioridades mundiais e, por outro lado, traz a sensação que se caiu num vazio de conteúdo e de que nem todas as suas dimensões foram bem apreendidas e preservadas, em especial o seu elemento contraditório (SOUZA, 2000).

Até meados do século passado a preocupação com a questão ambiental não passava de um luxo elitista e uma excentricidade científica (poucos consideravam os problemas ambientais como objetos importantes de estudo), em que uma pequena parcela das pessoas comuns sentia significativamente os efeitos da intensificação das atividades econômicas. Por certo, um dos principais fatores que provocou notória preocupação com as questões ambientais, a partir da segunda metade do século XX, foi o advento da chamada sociedade “fordista”, com um padrão massificado de produção e consumo, considerada a “época de ouro” do crescimento econômico nas duas décadas que sucedem a II Guerra Mundial, intensificando a exploração dos recursos naturais necessários para a atividade econômica (SOUZA, 2000).

Para Oliveira (2021), a preocupação com o desenvolvimento regional de forma mais sistemática remonta ao período pós-guerra (a partir de 1950), mas naquela época o fio condutor do debate centrava-se mais no crescimento econômico e no PIB per capita, não incorporando questionamentos ao modelo de desenvolvimento e o uso dos recursos naturais – que dirá de seus impactos no meio ambiente ou mesmo da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais.

## **2.1– PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INTERVENÇÃO HUMANA NA NATUREZA**

Numa digressão sobre a evolução histórica da espécie humana em transformar o território, cabe destacar que, antes do controle do fogo, a interação com a natureza se dava semelhante à dos primatas. Após o controle do fogo, o modo de vida das sociedades primitivas, embora modificasse o ecossistema não causava grandes desequilíbrios, pois essas transformações embora dinâmicas se modificavam lentamente, graças às interações entre as diversas espécies nele contidas, num processo de coevolução. A partir da agricultura (praticamente dez mil anos atrás), a humanidade modificou seu modo de inserção no espaço e na apropriação deste, provocando uma alteração radical no ecossistema, onde uma imensa variedade de espécie de um ecossistema florestal, por exemplo, é substituída pelo cultivo/criação de umas poucas espécies selecionadas em função do seu valor econômico, porém de caráter compatível com o equilíbrio ambiental, com a preservação de alguns mecanismos básicos de regulação ecológica, a exemplo da rotação de culturas para o controle de pragas e garantia de um mínimo da biodiversidade; manutenção de paisagem agrícola diversificada entremeada com matas, áreas aguadas entre outros (ROMEIRO, 2003).

Entretanto, foi com a Revolução Industrial o grande salto na capacidade humana de intervir sobre os territórios, que por sua vez provocaram grandes desequilíbrios ambientais. Baseada no uso intensivo de grandes reservas de combustíveis fósseis, abriu-se caminho a uma expansão inédita da escala das atividades humanas que pressiona fortemente a base de recursos naturais e os limites ambientais globais que definem a capacidade de carga do planeta, podendo ocasionar grandes catástrofes ambientais sobre o território ocupado. Nesse sentido, Romeiro (2003, p. 5) afirma que “é preciso criar o quanto antes as condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas um rápido progresso tecnológico poupador de recursos naturais, como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem o crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais per capita”, que de certo modo, poderiam ensejar na inviabilidade do desenvolvimento sustentável em uma perspectiva territorial.

## **2.2– PERSPECTIVA HISTÓRICA DO CRESCIMENTO GRADATIVO DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS**

O grau de consciência e a natureza dos principais problemas ambientais identificados como fonte de preocupação de ordem pública, privada e de movimentos ambientalistas podem ser dispostos em quatro fases: fase seminal; fase de massificação; fase de globalização I e a fase de globalização II.

*A) Fase seminal: ênfase na conservação dos recursos, da natureza existencial e da ocupação territorial do ambiente*, quando a maior parte da população estava preocupada em desfrutar as promessas de consumo que a sociedade “fordista” proporcionava e os cientistas buscavam dar vazão ao desenvolvimento científico-tecnológico que proporcionava incrementos na produção e consumo, vinculados à lógica da ciência econômica (utilidade e escassez). Na percepção da maioria das pessoas, cientistas e governo, os problemas ambientais não tinham ainda vinculação direta entre a degradação ambiental, a saúde humana e o bem-estar-social, sendo que a identificação de alguns problemas



ambientais pelos ativistas e conservacionistas referiam-se apenas à extinção de espécies, modificação de espaços naturais, desmatamentos e deterioração de ambientes naturais como possível destinação ao lazer (daí as primeiras políticas públicas no Brasil que tratavam essencialmente do disciplinamento do uso dos recursos naturais, como Código Florestal e das Águas (1934), Código da Pesca (1938), Mineração (1940) e Estatuto da Terra em 1964), embora alguns intelectuais visionários e precursores dos movimentos ecológicos e conservacionistas já alertassem sobre o uso imprudente do meio ambiente – entre outros, George Perkins Marsh e Aldo Leopold (SOUZA, 2000);

*B) Fase de massificação: a degradação ambiental começa a afetar o bem-estar da sociedade e do território*, que deriva de todos os fatores da fase anterior e inerentes ao modelo de crescimento econômico hegemônico (a concentração industrial, a urbanização, crescimento populacional e o aumento significativo de consumo e renda) que se fizeram sentir de forma generalizada sobre o bem-estar das pessoas, ocorrendo assim, uma massificação da percepção pública e científica sobre a problemática ambiental, além de uma mudança no seu significado (o problema deixa de ter uma conotação existencial, ética e intangível como na fase anterior e passa a fazer parte do mundo concreto das pessoas, obviamente, sendo percebido com maior profundidade com relação à poluição: ar, água, solo e espaço urbano, causado por resíduos industriais, agrícolas, lixo e esgoto doméstico) embora ainda de curto prazo e de delimitação essencialmente local. A grande diferenciação, portanto, diz respeito à emergência da percepção sobre as causas e efeitos da poluição no ambiente local, bem como de políticas denominadas de “proteção ambiental” voltadas à minimização desses problemas (SOUZA, 2000);

*C) Fase de globalização I: o “problema” ambiental como limite ao crescimento*. A década de 1970 representa um marco na forma do mundo compreender a relação com o meio ambiente, emergindo como fator de restrição ao modelo de crescimento econômico que se tinha experimentado com tanto sucesso após a II Guerra Mundial (crescimento de produção e consumo sem precedentes no século XX) e que estava apresentando o efeito colateral da degradação dos recursos naturais a ponto de se tornar insustentável. Nesse ponto, os problemas transcendem as dimensões locais e ganham dimensões regionais, nacionais e até mesmo internacionais, com implicações sobre o futuro do modelo de desenvolvimento econômico baseado na produção e no consumo intensivos (SOUZA, 2000). O desenvolvimento econômico naqueles moldes não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da ideia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite (superior) para o progresso material (CAVALCANTI, 2001). Esse período foi marcado pela percepção da natureza não só regional, mas até mesmo global dos problemas ambientais, pelo início da construção da ideia de que “é melhor prevenir do que remediar” e de que o tratamento desses problemas deveria fazer parte do planejamento territorial do próprio desenvolvimento. Manifestam-se aí os primeiros eventos que marcam o pensamento da década de 70: i) Conferência de Estocolmo (1972), considerada o “marco internacional das discussões dos problemas ambientais globais, ao focalizar de forma integrada, as questões ambientais, econômicas e sociais, inserindo-as no cenário político mundial” (MACHADO, 2002, p. 14) e primeiro marco regulatório voltado aos padrões de produção – entretanto, as ações adotadas posteriormente pelos países participantes não atenderam às expectativas dos ambientalistas desejosos por uma mudança nos rumos do desenvolvimento; ii) estudos elaborados pelo Clube de

Roma (entre 1972 e 1976), iii) *Global Report 2000*, relatório elaborado pelo Conselho Ambiental Americano em 1980.

A partir de meados da década de 1980, a problemática ambiental começa a ser relacionada aos estilos de vida e padrões de consumo das sociedades mais afluentes. Todos os eventos listados caracterizam a evolução na priorização dos problemas ambientais entendidos agora como problemas globais e não só locais de desenvolvimento e numa íntima ligação com o modelo capitalista hegemônico (SOUZA, 2000);

D) *Fase de globalização II: o “problema” ambiental como risco à sociedade global*, em que a degradação dos principais recursos ambientais passa a ser vista sob a ótica dos efeitos sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a sustentabilidade dos territórios, buscando então, a partir do início dos anos 1980, alternativas de conciliação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, por meio de duas abordagens e dois conceitos para esta reconciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental: o desenvolvimento sustentável (referindo-se à concepção presente no *Relatório Brundtland* - que corresponde ao modelo hegemônico, também chamado de desenvolvimento sustentável de mercado) em contraposição ao ecodesenvolvimento - referindo-se à concepção de desenvolvimento sustentável alternativo (SOUZA, 2000). Este período é marcado por uma série de iniciativas internacionais de tratados e convenções que visaram à solução de problemas mais urgentes, bem como criar condições para a implantação dos princípios do desenvolvimento sustentável de mercado: *Relatório Brundtland*, como ficou conhecido o relatório O Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987); Acordo para a proteção da Camada de Ozônio (derivado de um conjunto de acordos internacionais, entre eles: Convenção de Viena (1985), Protocolo de Montreal (1987) e a Emenda de Londres - 1990); o Global Environment Facility- GEF (1991); Convenção sobre a Biodiversidade e a Conferência Rio- Eco-92 (1992); Acordo de Madrid (1995), entre outros (SOUZA, 2000).

Assim, as características gerais desta última fase podem ser resumidas em: 1) abordagem da prevenção; 2) desvinculação da ideia de incompatibilidade entre crescimento e preservação ambiental com a incorporação da ideia de que o crescimento nos países pobres é fundamental para a preservação ambiental (contrariando a posição da década de 1970); 3) surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”, representando exatamente o modelo de compatibilidade entre crescimento econômico e preservação; 4) mudança do significado de “problema ambiental”, passando de perigo de esgotamento de recursos naturais para uma abordagem de risco ecológico sistêmico.

### **2.2.1– Relatório O Nosso Futuro Comum ou *Relatório Brundtland***

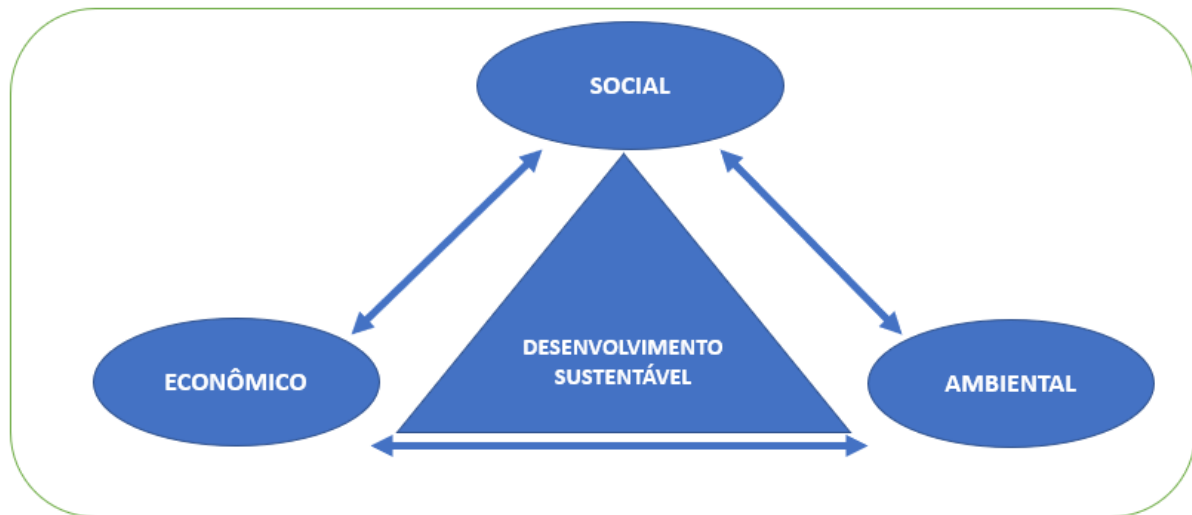
Introduzido a partir das análises da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, publicado no *Relatório Brundtland*, o conceito de desenvolvimento sustentável largamente difundido é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. O conceito de desenvolvimento sustentável resgata a necessidade de um balanço entre as particularidades sociais, ambientais e econômicas, consideradas os três vetores da sustentabilidade.

Embora o conceito aponte para a necessidade de mudança nos padrões de produção e consumo, trazendo à tona a necessidade de um desenvolvimento mais



qualitativo, o *Relatório Brundtland* não afasta a necessidade de crescimento econômico, apenas tenta conciliá-lo com aspectos ambientais e sociais.

FIGURA 1 – Triple Bottom Line – Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade



Fonte: DIAS (2011).

Outros autores, como Sachs (1993, 2004), seguindo a perspectiva do ecodesenvolvimento, acreditam que o desenvolvimento se apresenta cada vez mais como conceito “pluridimensional”, abarcando, no mínimo, cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político. Para ele, o crescimento econômico não se reverte em desenvolvimento se não ampliar o emprego, reduzir a pobreza e atenuar as desigualdades e, assim, traduz a dimensão social do DS como forma de ampliação da equidade. A dimensão ambiental representa o imperativo ético da solidariedade entre as gerações e que deve prezar pelo uso racional dos recursos naturais ao invés do crescimento selvagem e ambientalmente destrutivo.

Sachs (2004) aborda a eficiência econômica como condição necessária para alcançar melhor qualidade de vida para todos e, por isso, não é um objetivo em si mesmo. Ao falar sobre o pilar territorial, o autor o relaciona à distribuição espacial dos recursos, populações e atividades, enquanto que o pilar político fundamenta-se na governança democrática (SACHS, 2004). Ainda, Sachs (2009) amplia a visão da sustentabilidade incluindo a dimensão cultural e dividindo a dimensão ambiental em ambiental e ecológica e a política em política nacional e internacional.

Esse modelo de desenvolvimento sustentável enfatizado pelo Banco Mundial, pela ONU, OCDE e pelos governos da maioria dos países desenvolvidos entre outros e que são condizentes com o sustentado pelo *Relatório Brundtland* (1987) é totalmente contrário à proposição do modelo baseado na Economia Ecológica ou ecodesenvolvimento (SACHS, 1993; 2004; 2009; SOUZA, 2000). Nesse sentido, torna-se necessário expor algumas considerações acerca dessas duas abordagens teóricas.

### 3- AS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CIÊNCIA ECONÔMICA

A Economia Ambiental (considerada o *mainstream* neoclássico), também chamada de Economia do Meio Ambiente ou abordagem de desenvolvimento sustentável de mercado, considera que os recursos naturais (como fonte de insumos e capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas) não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão do sistema econômico e, em razão dessa visão implícita de infinitude dos recursos naturais, a teoria neoclássica foi objeto de crítica de Nicolas Georgescu-Roegen (ROMEIRO, 2003).

A abordagem do desenvolvimento sustentável busca fundamentalmente eliminar ou minimizar as falhas de mercado e de governo responsáveis pelos problemas ambientais, de forma compatível com os princípios e instituições vigentes, ou seja, é uma abordagem que trata das questões ambientais “por dentro da economia capitalista de mercado”, buscando eliminar as suas distorções (SOUZA, 2000, p. 68).

Enquanto a teoria clássica parte do pressuposto de que os indivíduos obtêm utilidade do consumo de bens (materiais e imateriais) produzidos pelo homem e que compõem o produto da economia, a teoria neoclássica tem que os indivíduos também obtêm utilidade ao consumir bens e serviços prestados pelo meio ambiente em seu estado natural. Ar puro, água limpa, clima favorável, diversidade de formas de vida entre outros, são fonte de serviços ecossistêmicos para o “homem econômico” incrementar o bem-estar da sociedade, semelhante ao que ocorre com o consumo de bens produzidos pela atividade humana (SOUZA, 2000).

Conforme Souza (2000, p. 116), a Economia Ambiental reconhece o valor econômico do meio ambiente busca interpretar os problemas ambientais em uma economia de mercado (entendidos como problemas resultantes de falhas de governo e de mercado) e propor políticas que conduzam à maior eficiência econômico-ambiental do processo produtivo. As falhas de governo derivam da inépcia administrativa dos governantes (que não atuam dentro dos limites sugeridos pela teoria econômica, produzindo ou agravando problemas ambientais). Já as falhas de mercado, intrínsecas à economia de mercado, derivam essencialmente do uso que se faz do meio ambiente e de seu espaço (os recursos ambientais por possuírem característica de bem público, não sendo apropriáveis privadamente, nem possuindo preços condizentes com o seu real valor, não podem ser alocados eficientemente), ou seja, quando o mercado por si só não é suficiente para gerar a eficiência econômica (não há transações econômicas se não houver compra e venda de bens e serviços) acarreta falhas de mercado.

Essas falhas produzem externalidades negativas (danos ambientais), em que os que sofrem os danos ambientais não são ressarcidos e aqueles que o causam não pagam por eles, ocasionando-se custos não verificáveis/mensuráveis sobre a sociedade (SOUZA, 2001).

Daí a razão de o conceito de externalidade ser o que fundamenta o pensamento neoclássico nas questões relacionadas à problemática do meio ambiente. O termo “externalidades” foi criado pelo economista A. C. Pigou (1920) para expressar as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado, propondo um método para corrigi-las ou compensá-las (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 91). Assim, para solucionar os problemas ambientais, seria necessário fazer as empresas pagarem pelos danos ambientais os valores correspondentes (Souza, 2000, p. 117), num processo de “internalização das externalidades” e seus impactos sobre o território (internalizar externalidades significa computar os custos ocultos e imputá-los ao seu

responsável econômico). Para tanto, são necessárias políticas públicas que garantam a internalização dos custos ambientais dos processos produtivos nas estruturas de custos das empresas, de forma que essas levem em consideração a totalidade dos custos ambientais além de seus custos privados, impondo à empresa o custo ambiental a ser ressarcido à sociedade na forma de taxas, multas e compensações. Este pensamento originou os princípios hoje difundidos do usuário-pagador (os usuários de recursos naturais escassos pagam pela sua utilização) e do poluidor-pagador (proposto por Pigou) que prevê que os geradores de poluição paguem para ter direito de reduzir a qualidade ambiental. Se os valores cobrados dos usuários de recursos ambientais e dos poluidores forem exatamente iguais aos valores do meio ambiente, então se terá alocado de forma ótima, ou seja, de forma que maximize o bem-estar da sociedade, interferindo sobre o desenvolvimento territorial (SOUZA, 2000; MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Em suma, à essa abordagem (Economia Ambiental ou desenvolvimento sustentável) são feitas muitas críticas (por movimentos ambientalistas ou outras correntes teóricas), por tratar a questão ambiental de forma hegemônica, voltada para o mercado, antropocêntrica (baseia-se em uma noção de racionalidade lógica que está sempre orientada para a satisfação dos desejos imediatos do indivíduo, por ele mesmo expressos e que se evidencia na meta almejada de maximização do bem-estar) e que busca a valoração monetária do meio ambiente. Também há críticas direcionadas à análise custo-benefício aplicada às ações com impacto ambiental, que permite apenas comparar as dimensões econômicas do meio ambiente, o que deixa de fora muitas de suas funções. Entretanto, traz um conjunto de métodos (embora também com algumas críticas) possíveis de serem utilizadas em questões práticas, como a imposição de regras e punições (multas, compensações e indenizações) em caso de danos ambientais nas diferentes escalas geográficas.

Já a Economia Ecológica é uma abordagem alternativa e profundamente crítica à Economia Ambiental, da mesma forma que o ecodesenvolvimento é uma proposta crítica ao desenvolvimento sustentável de mercado defendido pelo *Relatório Brundtland*.

Foi o canadense Maurice Strong que usou em 1972, pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa do desenvolvimento. Ela referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina, ganhando cada vez mais uma visão de inter-relações globais. Igualmente, a ideia de ecodesenvolvimento não pode negar sua relação com a teoria do self-reliance, defendida nas décadas anteriores por Mahatma Gandhi e outros (CAVALCANTI, 2001).

Diametralmente oposta à visão antropocêntrica da Economia Ambiental, a Economia Ecológica defende que o sistema econômico faz parte de um sistema ecológico maior e que o equilíbrio deste último deveria ter prioridade sobre as metas e a racionalidade econômica, em que o ponto de partida é o homem e suas escolhas em relação à utilidade e ao bem-estar social. A Economia Ecológica permite uma diversidade de pontos de partida e de agendas de pesquisas, por ser considerada uma abordagem holística e interdisciplinar, com um estilo marcadamente normativo e pragmático, muito mais prescritivo do que analítico, representando o protótipo de como as coisas “deveriam ser” e de como se poderia chegar até elas. Possui objetivos estilísticos de sociedade e uma presença marcante do planejamento (especialmente o participativo), voltado para o desenvolvimento local/regional e endógeno. A Economia Ecológica defende que é possível avaliar o meio ambiente, mas não o mensurar, sobretudo em uma unidade monetária de valor, como faz a Economia Ambiental (SOUZA, 2000, p. 143).

Introduzido por Maurice Strong na Conferência de Estocolmo (1972), o termo ecodesenvolvimento é largamente difundido a partir de 1974 por Ignacy Sachs, que indica que o desenvolvimento de um país ou região está baseado em suas próprias potencialidades locais e regionais, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (SACHS apud MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 51).

Segundo Sachs (1993), o ecodesenvolvimento caracteriza-se como um projeto civilizatório que evoca um novo estilo de vida, com valores próprios e um conjunto de objetivos definidos socialmente e com visão de futuro. A partir dessa configuração, o autor elaborou o que denomina das cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento:

1. Social: que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Econômica: que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

3. Ecológica: que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas: ampliação da capacidade de carga da Terra, através da criatividade, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitação ao consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes; redução do volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; promoção à autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; intensificação à pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; definição de normas de proteção ambiental.

4. Espacial: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas, com ênfase no que segue: redução da concentração excessiva nas áreas metropolitanas; enfretamento à destruição de ecossistemas frágeis de importância vital decorrente de processos de colonização sem controle; promoção da agricultura e exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados; exploração potencial da industrialização descentralizada, acoplada à geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e do seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais e, criação de uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

5. Cultural: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de

ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área (SACHS,1993, p. 37-38).

Cabe destacar que a Economia Ecológica representa a mais importante abordagem alternativa e crítica à Economia Ambiental, alimentando o contraditório, que por sua vez é fundamental para as decisões políticas se tornarem menos tecnocráticas e economicistas do que aconteceria naturalmente se não houvesse o contraditório, além de alimentar e instruir os movimentos ambientalistas e sociais envolvidos e forçar a incorporação do ecológico nos programas oficiais de desenvolvimento sustentável e ao princípio de que as metas de desenvolvimento e de preservação ambiental sejam definidas com a participação política e técnica da comunidade e não apenas por análise de custo-benefício e de bem-estar social, previsto fria e burocraticamente pela Economia Ambiental (SOUZA, 2000).

Embora a Economia Ambiental e o desenvolvimento sustentável de mercado tendem ainda a crescer como estratégias de preservação ambiental adotadas em todo o mundo, confirmando a hegemonia na abordagem das questões ambientais no âmbito das políticas públicas, os movimentos intelectuais, sociais, ambientalistas e conservacionistas que se baseiam na Economia Ecológica ou ecodesenvolvimento, têm cumprido a contento, até hoje, o papel de contraponto na busca do contexto de desenvolvimento sustentável e suas diferentes perspectivas.

#### **4- LEGITIMIDADE DAS ORGANIZAÇÕES E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NO TERRITÓRIO**

Todas as organizações gostariam de ser admiradas por seus funcionários, parceiros de negócios, investidores, clientes, fornecedores, governo e a sociedade. Assim, as organizações buscam ser percebidas pelos seus públicos de interesse como legítimas e a fim de seus produtos e serviços serem consumidos (SANTANA, 2012).

As organizações buscam ter um bom relacionamento com a comunidade de sua inserção, pois este relacionamento é validado pela sociedade, que concederá legitimidade para que continue atuando nesta comunidade (SUCHMAN, 1995). Assim, a ideia central da teoria da legitimidade é de que para a organização existir e continuar operando com sucesso na comunidade em que está inserida, ela tem que agir dentro de limites, que geram credibilidade, os quais a sociedade identifica como comportamento social aceitável (SUCHMAN, 1995; O'DONOVAN, 2002). Ou seja, a legitimidade pode ser definida como uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis e apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, crenças, valores e definições (SUCHMAN, 1995). Se ela não cumprir com o contrato social, pode haver penalidades de natureza econômica, legal ou social (LINDBLUM, 1994).

Organizações entrantes em um novo setor ou em determinadas necessitam da aceitação de seus produtos e serviços e, por isso devem se esforçar para demonstrar coerência entre a sua dinâmica funcional e os valores culturais daquela comunidade, por meio de uma comunicação persuasiva e eficiente (SUCHMAN, 1995). Manter a legitimidade conquistada pela organização é mais fácil do que ganhar ou reparar, em razão desta legitimidade dificilmente ser reavaliada, pois a percepção do público tende a ser rotineira, a menos que algum fato grave aconteça para mudar a percepção dos stakeholders (SUCHMAN, 1995) fazendo-a perder legitimidade (O'DONOVAN, 2002).

As estratégias para reparar, ganhar ou manter a legitimidade perpassam pela percepção de mudanças futuras e de reações da sua audiência diante dos novos desafios, buscando proteger as realizações passadas convertendo a legitimidade



percebida eventualmente em contínua, defendendo, reforçando ou aumentando a sua legitimidade (LINDBLUM, 1994; SUCHMAN, 1995).

O compromisso com o ser humano, de acordo com Braga (2009), tanto está dentro da empresa, por meio do desenvolvimento profissional dos colaboradores e da melhoria de qualidade de vida destes, como na comunidade, decorrentes dos efeitos provocados pelas suas ações sociais, mudando o comportamento humano dos cidadãos.

O meio ambiente é um elemento essencial para vida, por isso deve ser tratado como um tema transversal de responsabilidade social e ambiental nas organizações, porque envolve, além do próprio meio (visão ecológica), todas as realizações do homem sobre o território, seja por meio do processo de educação ambiental, de descartabilidade de recursos, de prevenção e de recuperação de impactos, ou decorrentes da própria existência humana e suas relações com o meio ambiente (BRAGA, 2009).

A questão ambiental convoca diversos campos do saber a depor e diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza (GONÇALVES, DESIDERIOI, & GUTIERREZ, 2006). Atualmente a preocupação com o dano ambiental ultrapassa as fronteiras de um estado que antes agia isoladamente, passando a ser uma preocupação de nível não só local, mas também regional, nacional e até global (BRAGA, 2009, p. 27).

Embora o envolvimento das organizações seja cada vez mais notório, no sentido de aumentar os seus índices de satisfação perante seus públicos de interesse em relação aos cuidados com o meio ambiente, ainda se percebe que “se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental (BARBIERI, 2007, p. 113).

Resta claro que o exercício da responsabilidade social se associa à noção de sustentabilidade, visando conciliar os três vetores: econômico, social e ambiental (MEYER, 2000), auxiliando as organizações a se legitimar e continuar operando com sucesso na comunidade em que está inserida (SUCHMAN, 1995).

A questão ambiental vem enfatizando a necessidade de adaptação por parte das organizações, conduzindo a novos caminhos para sua expansão ou tão somente sua própria manutenção no mercado. Há urgência de mudança de paradigma, de visão empresarial, de objetivos, valores e estratégias que conduzam à nova realidade, corretamente ecológica e socialmente justa, pois o atual paradigma de desenvolvimento calcado em um modelo meramente capitalista, não será sustentável ao longo dos tempos, visto que os recursos naturais são esgotáveis, finitos, se mal utilizados. Somente através de práticas empresariais sustentáveis, capazes de provocar mudanças em seus processos operacionais, que as organizações estarão engajadas efetivamente na questão ambiental (KRAMER, 2005) e assim sendo percebidas como legítimas na sociedade (SHOCKER & SETHI, 1973; O'DONOVAN, 2002).

É imprescindível que as organizações comuniquem e prestem contas de seu comportamento aos seus públicos de interesse, aqui entendidos como clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros, governo, investidores e comunidade geral (SHOCKER & SETHI, 1973; LINDBLUM, 1994).

De acordo com o *Global Reporting Initiative* (GRI), as principais categorias de divulgação das organizações são: financeira, ambiental e social. As informações financeiras são relevantes para a transparência das organizações e servem para demonstrar onde elas estão investindo seus recursos e quais os seus resultados e devem contemplar a *performance*, a posição financeira, as oportunidades de investimentos, governança e risco dos negócios da empresa. Embora o conceito de



legitimidade seja distinto de valor econômico, a transparência do desempenho no mercado é também condição necessária para o reconhecimento da legitimidade (LINDBLUM, 1994).

Já considerando a perspectiva dos *stakeholders*, a divulgação das questões sociais e ambientais deve ser feita por qualquer tipo de organização visto a associação positiva entre a performance financeira das corporações e o *disclosure* social e ambiental, embora perceba-se que as organizações divulgam mais por pressão pública do que por reconhecerem a importância deste *disclosure* (WISEMAN, 1982).

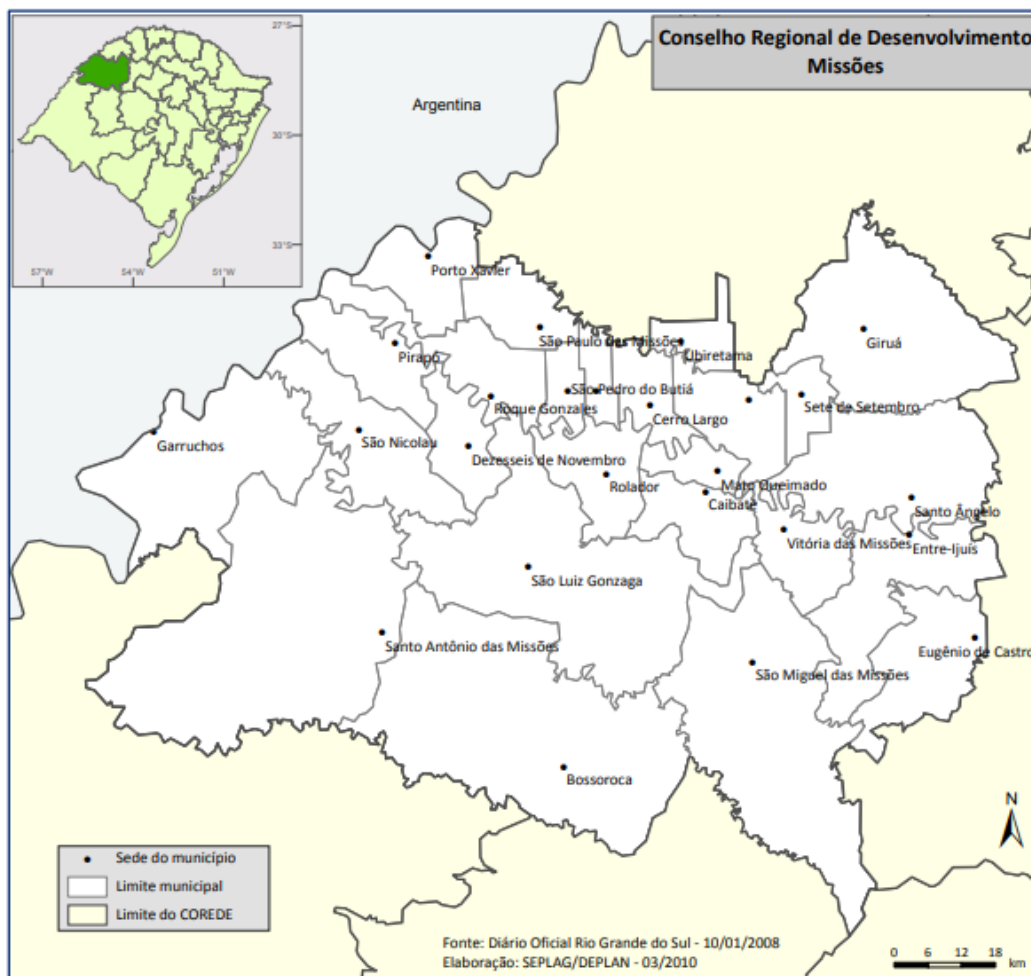
## 5 – AS PRÁTICAS DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico e entrevistas com duas das principais empresas de grande porte da região do COREDE Missões/RS, sendo uma delas Sociedade Anônima e a outra Sociedade Limitada. Os sujeitos da pesquisa foram os gerentes diretamente ligados à gestão ambiental.

A obtenção de dados e informações a respeito das organizações se deu por meio de pesquisa documental em dados secundários (livros, artigos e reportagens, além de pesquisa no sítio da internet das referidas organizações). As informações foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores responsáveis pela gestão ambiental das empresas.

Foi realizada análise de conteúdo das entrevistas, com a finalidade de apresentar como as referidas empresas vêm divulgando as práticas sustentáveis adotadas aos seus públicos de interesse, a fim de serem percebidas como legítimas pela sociedade e, sob qual pressuposto teórico (Economia Ambiental ou Ecológica) ela firma suas ações em relação à questão ambiental.

Figura 2 – Região do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões/RS-2018



Fonte: Atlas Socioeconômico do RS (2018).

As empresas pesquisadas estão localizadas na região das Missões do estado do Rio Grande do Sul, representada na Figura 2. Por questões éticas e de sigilo serão denominadas de empresa “A” e empresa “B”.

Importante mencionar que as duas empresas possuem alcance local e regional, evidenciando transbordamentos de seus planejamento e ações sobre o desenvolvimento territorial sustentável da Região das Missões, que é composta por 25 municípios no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. (WBATUBA *et al*, 2017).

**EMPRESA A:** é uma sociedade limitada, especializada na fundição de ferro (cimento e nodular) e usinagem, atuante fortemente no mercado tanto regional quanto nacional, com controle de capital nacional e de caráter privado.

**EMPRESA B:** é uma sociedade anônima que atua na área de alimentos e bebidas, com controle de capital também essencialmente nacional e de caráter privado. Fundada em 1948, é líder nos mercados em que atua. Sua estrutura é formada por três fábricas na Região Sul do Brasil, além de cinco centros de distribuição em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores responsáveis pela questão ambiental nas duas empresas, a fim de verificar como elas vêm tratando a referida questão, sob a ótica

da teoria da legitimidade (SUCHMAN 1995) e das abordagens teóricas das economias ambiental e ecológica (MONTEBELLER-FILHO, 2008; SOUZA, 2000).

Para melhor compreensão e análise, os resultados serão apresentados de acordo com o foco das questões aplicadas aos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, os resultados serão subdivididos em 3 itens, a saber: Ações relacionadas à gestão ambiental; Aspectos legais; Ações ambientais desenvolvidas para a comunidade territorial/regional. Avaliando estas informações a partir dos construtos da revisão teórica realizada, apresentam-se na última seção do artigo as considerações finais.

### **a) Ações relacionadas à gestão ambiental**

O foco principal dessas questões foi a gestão ambiental no que se refere às medidas relacionadas à conservação ambiental, à política ambiental e gestão de metas ambientais, bem como o desenvolvimento de treinamentos voltados à conscientização e alcance de metas ambientais.

Diante dos questionamentos aplicados, ambas as empresas afirmaram possuir alguma medida relacionada à gestão ambiental e que tais medidas são adotadas devido à exigência legal e medida de gestão estratégica, salientando-se que a empresa “A” ainda relacionou a existência de medidas devido à exigência (necessidade) do mercado consumidor e justificou que com o crescente aumento da concorrência entre as empresas, torna-se cada vez mais essencial que os gestores desenvolvam medidas estratégicas para conquistar novos clientes. Uma destas medidas está relacionada com a questão ambiental, que, por se tratar de um tema novo, torna-se um diferencial agregador de valor para as empresas. Destarte, a empresa “A” trata os resíduos gerados nos processos produtivos seguindo rigorosamente as normas de controle nacional e internacional. Um exemplo citado pelo gestor é a areia descartada na fundição, considerado um dos maiores problemas na geração de resíduos sólidos, pois vem desenvolvendo projetos alternativos para a reutilização desta areia, como matéria prima para construção de pavimentos (blocos) de concreto que são comercializados.

Com relação a possuir políticas ambientais, ambas possuem políticas formais, expondo e declarando os seus princípios e intenções em relação ao seu desempenho ambiental e às metas as quais desejam atingir em relação à preservação ambiental. As empresas informaram ainda que possuem programas de treinamento para a conscientização e o alcance das metas ambientais, tais como palestras relacionadas à questão ambiental, abordando a correta utilização dos recursos naturais, assim como treinamentos realizados sobre a coleta seletiva do lixo e reciclagem oferecidos especificamente para os funcionários, pois entendem que os mesmos devem possuir consciência dos danos que alguns processos de fabricação dos produtos podem causar, prejudicando em grande escala o meio ambiente.

Afirmam fazer tanto o tratamento primário quanto secundário dos resíduos decorrentes do processo produtivo, sejam eles resíduos líquidos, sólidos ou gasosos. A empresa “A” utiliza-se da classificação de seus resíduos e quando tecnicamente viáveis, os resíduos são transformados em produtos comercializáveis ou matérias primas a serem usadas como insumos em outros processos de produção, enquanto que os resíduos não recicláveis são corretamente destinados ou tratados, conforme exigências legais. A Empresa “B” possui soluções para o tratamento de efluentes e sistemas de produção que preservam os recursos naturais. Tanto o plástico como o vidro que a empresa utiliza para acondicionar seus produtos são recicláveis, além disso, promove projetos direcionados à redução

da geração de resíduos, como por exemplo, a iniciativa de diminuição da gramatura de embalagens pet e das tampas de garrafas, representando uma significativa diminuição do uso do plástico.

## **b) Aspectos legais**

Neste item o foco das questões foi verificar as ações das empresas em relação ao aspecto legal da questão ambiental. Nesse sentido constatou-se que ambas as empresas possuem certificação ambiental e geralmente referem-se à série de ISO's que padronizam os processos de fabricação. A empresa "A" informou que possui certificação de 5 a 10 anos e que o resultado alcançado após a certificação da ISO foi a melhoria no desempenho operacional, reduzindo o consumo de água e energia e também um gerenciamento de resíduos, além de uma melhoria nos negócios. Já a empresa "B" possui certificação de 2 a 5 anos e o principal resultado alcançado foi na área organizacional, o que engloba a estruturação de uma política ambiental interna, planejamento, prevenção, comunicação, conscientização e comprometimento, além de uma melhoria também no desempenho operacional. Percebe-se uma diferença temporal do uso de certificação ambiental entre as duas empresas, o que demonstra mais uma vez que o tema abordado nesta pesquisa ainda é pouco incipiente na região.

O estudo buscou investigar a responsabilidade na gestão ambiental e verificou que nas duas empresas essa responsabilidade é formal e declarada, sendo que na empresa A a área corporativa que responde pela gestão ambiental é a de Recursos Humanos. Já na empresa "B" essa responsabilidade se dá através de um Sistema de Gestão Integrada, porém, todos os gestores e funcionários devem possuir conhecimento sobre o tema para que todos colaborem com o desenvolvimento sustentável em cada uma de suas áreas.

Averiguou-se também que os impactos ambientais provocados pelas atividades são conhecidos pela alta administração de maneira documentada em ambas as empresas, o que é muito importante, pois os gestores devem ter a consciência dos efeitos que suas atividades operacionais causam ao meio ambiente. Assim, quando reconhecidos os impactos ambientais estes se referem a todos os processos no caso da empresa "A", enquanto que para a empresa "B" tais impactos se referem apenas aos processos produtivos.

## **c) Ações ambientais desenvolvidas para a comunidade**

Aqui buscou-se identificar se as empresas promovem ações ambientais para a comunidade em que estão inseridas e de que forma o fazem. A empresa "A" disse não promover este tipo de projeto, mas a Empresa "B" respondeu que promove e que não poupa investimentos para levar qualidade de vida à população. Ambas as empresas promovem projetos que visam habilitar a comunidade local e regional para desenvolver práticas ambientalmente sustentáveis. São iniciativas a capacitação de jovens, empreendedores, clientes e funcionários, além de diversas outras oportunidades. A empresa participa desde o ano de 2003 do "Projeto Pescar", pelo qual jovens são capacitados em vendas e atendimento ao cliente e também formação voltada à cidadania, com conteúdos como saúde, meio ambiente e ecologia, comunicação, autoestima, ética, criatividade, estrutura e planejamento familiar, ambiente de trabalho, direitos e deveres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi desenvolvido com o intuito de analisar, empiricamente, como as empresas em estudo estão divulgando as práticas sustentáveis adotadas para serem percebidas como cumpridoras do contrato social, se sob a ótica da Economia Ambiental ou da Economia Ecológica e, por consequência, seus transbordamentos sobre a perspectiva territorial.

Com base nas informações obtidas junto às empresas, pode-se perceber que elas desenvolvem medidas relacionadas à conservação ambiental por motivo de exigência legal, de gestão estratégica e por exigências do mercado consumidor, o que confirma a afirmação de Barbieri (2007, p. 113), de que “se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental local ou regional”.

As empresas possuem políticas ambientais definidas com clara gestão de metas, utilizando-se de treinamentos internos para seus funcionários com objetivo de atingir as metas ambientais traçadas. Ambas as empresas possuem certificações ISO e demonstraram que obtiveram resultados positivos depois das referidas certificações, melhorando o desempenho operacional e aumentando a rentabilidade de seus negócios.

De igual forma, ambas as empresas trabalham para a redução dos impactos ambientais e seus transbordamentos territoriais causados pelos seus processos produtivos, possuindo meios para o tratamento de seus resíduos e até mesmo, quando tecnicamente possível, transformando-os em produtos comercializáveis para a geração de receita ambiental ou reciclando materiais que se jogados no ambiente sem a correta destinação e tratamento, causariam danos ao meio ambiente.

O estudo foi desenvolvido com o intuito de analisar, empiricamente, como as empresas em estudo estão divulgando as práticas sustentáveis adotadas para serem percebidas como cumpridoras do contrato social, se sob a ótica da Economia Ambiental ou da Economia Ecológica e, por consequência, seus transbordamentos sobre a perspectiva territorial.

Com base nas informações obtidas junto às empresas, pode-se perceber que elas desenvolvem medidas relacionadas à conservação ambiental por motivo de exigência legal, de gestão estratégica e por exigências do mercado consumidor, o que confirma a afirmação de Barbieri (2007, p. 113), de que “se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental local ou regional”.

As empresas possuem políticas ambientais definidas com clara gestão de metas, utilizando-se de treinamentos internos para seus funcionários com objetivo de atingir as metas ambientais traçadas. Ambas as empresas possuem certificações ISO e demonstraram que obtiveram resultados positivos depois das referidas certificações, melhorando o desempenho operacional e aumentando a rentabilidade de seus negócios.

De igual forma, ambas as empresas trabalham para a redução dos impactos ambientais e seus transbordamentos territoriais causados pelos seus processos produtivos, possuindo meios para o tratamento de seus resíduos e até mesmo, quando tecnicamente possível, transformando-os em produtos comercializáveis para a geração de receita ambiental ou reciclando materiais que se jogados no ambiente sem a correta destinação e tratamento, causariam danos ao meio ambiente.



## REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Planejamento Governamental, 2018. Disponível em:

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155752-mapa-corede-missoes-2010.pdf> Acesso em 20/set/2022.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, Editora, 2001.

COOPERS, P. W. **Integral Business: integrando sustentabilidade e estratégia de negócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHRISTOFOLETTI, A. L. H.; CHRISTOFOLETTI, A.; GARCIA, J. P. M.; TAVARES, A. C.; **Crítérios para Estabelecer Indicadores Geográficos na Análise da Sustentabilidade Ambiental**. In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro. São Paulo, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ETGES, V. E. **Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

GONÇALVES, A., DESIDERIOI, A., & GUTIERREZ, G. L. **A Responsabilidade Social das Empresas**. ORG & DEMO, V.7 N 1/2- Jan-Jun; Jul-Dez, 2006.

KRAEMER, M. P. **Responsabilidade social: uma alavanca para sustentabilidade**. Disponível em <http://www.gestiopolis.com/canales5/fin/resocial.htm> Acesso em 20/set/2022.

LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure**. Critical Perspectives on Accounting Conference, s/n, 1994.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10 Ed. Revista Atual. Ampli. São Paulo: Malheiros, 2002.

MEYER, M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Florianópolis, Santa Catarina, 2000.



- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- O'DONOVAN, G. **Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory**. Accounting, auditing and accountability Journal, 2002, 344-371.
- OLIVEIRA, N. M. **Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional**. Informe GEPEC, Toledo, v. 25, n.1, p. 203-219, jan./jun. 2021. Disponível em <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561> Acesso em 20/set/2022.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SANTANA, A. **Three Elements of Stakeholder Legitimacy**. J. Bus Etchis, 2012, 257-265.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- SACHS, I **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- SACHS, I **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- SILVA, M. L. A.; LUCAS, M. M. B. e PINTO, L. M. R. B. **Startups da floresta, negócios de impacto e a sustentabilidade na Amazônia**. Informe GEPEC, Toledo, v. 26, n.2, p.30-49, jul./dez. 2022. Disponível em <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28223> Acesso em 20/set/2022.
- SHOCHER, A., & PRAKASH SETHI, S. **An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies**. California Management Review, 1973, p.97-105.
- SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000.
- SUCHMAN, M. **Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches**. Academy of Management Review, 1995,571-610.
- TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século XXI**. Rio de Janeiro: Sextame, 2003.
- VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios em Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.
- WBATUBA, B. B. R; SILVEIRA, D. C.; ORTIZ, L. C. V.; MELLO, R. M. de. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões. Santo Ângelo: FuRI, 2017.

WISEMAN, J. (1982). **An evaluation of environmental disclosures made in corporate Annual Reports Accounting.** Organizations and Society, 1982, p.53-63.

Recebido em 07/9/2022.

Aceito em 25/10/2022.